



83

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003119-33.2014.8.17.0000 (0331398-4)

COMARCA: SÃO LOURENÇO DA MATA

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: EUDES CRISTENES GUERRA AXIOTES E OUTRO

PACIENTE: DAYVSON FERREIRA DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CUSTÓDIA CAUTELAR. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DE EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. IMPROCEDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA ESTATAL. PROCESSO EM SUA REGULAR TRAMITAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1. Aduz o impetrante que resta configurado constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo para conclusão da instrução processual, pelo fato do paciente se encontrar custodiado e com audiência de continuação designada para o dia 08/10/2014.

2. Sabe-se que a concessão da ordem de *Habeas Corpus* em razão de excesso de prazo é medida revestida de total excepcionalidade, somente autorizada quando constatada a existência de medidas protelatórias suscitadas pela acusação, ou diante da inércia do juízo *a quo* incumbido do processamento do feito.
3. No presente caso o feito encontra-se em regular tramitação, empreendendo o magistrado *a quo*, inclusive, esforço para proporcionar maior celeridade ao feito, haja vista, em 10/02/2014, após a reestruturação da Puta de Audiência, verificando surgimento de data não conflitante, antecipou a Audiência do dia 23/10/2014, para o dia 12/03/2014, oportunidade em que foram ouvidas 02 (duas) das 03 (três) testemunhas arroladas pelo Ministério Público, restando por ser remarcada a Audiência de Continuação para o dia 08/10/2014, ante a falta da testemunha devidamente requisitada e obedecendo ao cronograma das Sessões dos Júris do ano corrente.
4. Com efeito, os prazos, em processo penal, não são peremptórios, podendo ser dilatados em face de determinadas peculiaridades, e desde que nos limites da razoabilidade.
5. Ressalte-se, ainda, que o paciente já fora condenando anteriormente pela prática do delito de porte ilegal de arma de fogo, tendo sido a sentença de primeiro grau confirmada por este Egrégio Tribunal por meio de acórdão proferido nos autos da Apelação nº 0174592-2, com trânsito em julgado no dia 23/02/2010.
6. Ordem denegada à unanimidade de votos.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0003119-33.2014.8.17.0000 (0331398-4), em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os

Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 17 de junho de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



86

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0003119-33.2014.8.17.0000 (0331398-4)**

**COMARCA: SÃO LOURENÇO DA MATA**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: EUDES CRISTENES GUERRA AXIOTES E OUTRO**

**PACIENTE: DAYVSON FERREIRA DA SILVA**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de concessão de liminar, impetrado pelos advogados Eudes Clistenes Guerra Axiotes e Wilson da Costa Brito, em favor de **DAYVSON FERREIRA DA SILVA**, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de São Lourenço da Mata /PE.

Consta nos autos que no dia 01/04/2013, por volta das 17h30min, na Rua Avelino Constantino de Sá, no Alto do Cuscuz, no município de São Lourenço da Mata, o ora paciente foi flagrado ao manter um depósito 32 (trinta e dois) invólucros de maconha, na embalagem conhecida por "big big" em sua residência, além de ter sido flagrado portando arma de fogo em desacordo com determinação legal e regulamentar,

87  
consistente em 01 (um) revolver calibre 38, marca taurus, oxidado, com 06 munições do mesmo calibre intactas.

Narra, ainda, a denúncia que ao ser interrogado pelos policiais o acusado assumiu ser o proprietário da droga e que cada invólucro seria vendido por R\$ 10,00.

Por tal conduta o paciente foi denunciado como incurso nas penas dos art. 33, §1º, III da Lei 11.343/06 e art. 14 da Lei 10826/03, encontrando-se custodiado preventivamente desde 09/04/2013.

Em suas informações a autoridade indigitada coatora esclarece que em razão do seu afastamento por motivos de saúde, a Audiência de Instrução e Julgamento antes designada para o dia 06/12/2013, teve de ser adiada para o dia 23/10/2014.

Entretanto em 10/02/2014, tendo se verificado o surgimento de data não conflitante, após a reestruturação da Pauta de Audiência, antecipou a Audiência do dia 23/10/2014, para o dia 12/03/2014, oportunidade em que foram ouvidas 02 (duas) das 03 (três) testemunhas arroladas pelo Ministério Público, restando por ser remarcada a Audiência de Continuação para o dia 08/10/2014, ante a falta da testemunha requisitada e obedecendo ao cronograma das Sessões dos Júris deste ano.

Nas razões do presente *writ*, os impetrantes afirmam que existe um excesso de prazo para a formação da culpa, em razão da audiência de instrução e julgamento do feito ter sido designada apenas para o dia 08/10/2014, destoando o curso da persecução criminal dos padrões da razoabilidade. Ademais, assevera que o réu é tecnicamente primário e tem ocupação lícita, residindo, ainda, no fora da culpa.

Por tais fundamentos, pugna pela concessão da ordem, revogando-se a prisão preventiva, de modo que cesse o constrangimento ilegal a que estaria sendo submetido o paciente.

Documentos juntados às fls. 09/13.

88  
A concessão da liminar requerida foi indeferida às fls. 22/24.

A autoridade indigitada coatora prestou informações às fls. 69/70 e juntou os documentos de fls. 32/68.

A douta Procuradoria de Justiça, por intermédio de parecer lançado aos autos nas fls. 74/79, opinou pela denegação da ordem.

**É O RELATÓRIO.**

Recife, 17 de fevereiro de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

**Relator**



89

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0003119-33.2014.8.17.0000 (0331398-4)**

**COMARCA: SÃO LOURENÇO DA MATA**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: EUDES CRISTENES GUERRA AXIOTES E OUTRO**

**PACIENTE: DAYVSON FERREIRA DA SILVA**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**VOTO**

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de concessão de liminar, impetrado em favor de **DAYVSON FERREIRA DA SILVA**, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de São Lourenço da Mata /PE.

90

Consoante o relatado, no dia 01/04/2013, o paciente foi flagrado ao manter um depósito 32 (trinta e dois) invólucros de maconha em sua residência, as quais seriam vendidas por R\$ 10,00 cada, além de ter sido flagrado portando arma de fogo em desacordo com determinação legal e regulamentar, consistente em 01 (um) revólver calibre 38, bem como 06 (seis) munições do mesmo calibre intactas.

Por tal conduta o paciente foi denunciado como incurso nas penas dos art. 33, §1º, III da Lei 11.343/06 e art. 14 da Lei 10826/03, encontrando-se custodiado preventivamente desde 09/04/2013.

Nas razões do presente *writ*, os impetrantes afirmam que existe um excesso de prazo para a formação da culpa, em razão da audiência de instrução e julgamento do feito ter sido designada apenas para o dia 08/10/2014, destoando o curso da persecução criminal dos padrões da razoabilidade, asseverando, ainda, que o réu é tecnicamente primário e tem ocupação lícita.

Por tais motivos, requer a concessão da ordem, de modo que cesse o constrangimento ilegal a que estaria sendo submetido o paciente.

Tenho, porém, que não merece acolhida o pleito do impetrante.

Pois bem, sabe-se que a concessão da ordem de *Habeas Corpus* em razão de excesso de prazo é medida revestida de total excepcionalidade, somente autorizada quando constatada a existência de medidas protelatórias suscitadas pela acusação, ou diante da inércia do juízo *a quo* incumbido do processamento do feito, o que, registre-se, não se verifica na espécie sob análise.

Com efeito, como bem disse a douta Procuradoria de Justiça, observa-se que o processo encontra-se em regular tramitação, empreendendo o magistrado *a quo*, inclusive, esforço para proporcionar maior celeridade ao feito, haja vista, em 10/02/2014, após a reestruturação da Puta de Audiência, verificando surgimento de data não conflitante, antecipou a Audiência do dia 23/10/2014, para o dia 12/03/2014, oportunidade em que foram ouvidas 02 (duas) das 03 (três) testemunhas arroladas pelo



- \* Ministério Público, restando por ser remarcada a Audiência de Continuação para o dia 08/10/2014, ante a falta da testemunha devidamente requisitada e obedecendo ao cronograma das Sessões dos Júris deste ano.

Assim, não verifico nos autos situação que configure o alegado constrangimento ilegal, em razão da ocorrência de excesso de prazo para instrução criminal, com efeito, verifica-se que o processo segue o seu curso, e encontra-se com data da Audiência de Continuação designada, já tendo sido demonstrado pelo magistrado *a quo* a sua atenção à Pauta de Audiências.

Por oportuno, veja-se:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E QUALIDADE DE ENTORPECENTES. ARGUMENTOS CONCRETOS. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Recorrente preso em flagrante delito em 18/07/2013 e denunciado como incurso no art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/06, porquanto encontrado, segundo a denúncia, com aproximadamente 34 gramas de crack, acondicionados em 94 invólucros plásticos.

2. Sabidamente, "[e]xige-se concreta motivação para a decretação da custódia preventiva, com base em fatos que efetivamente justifiquem a excepcionalidade da medida, atendendo-se aos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal e da jurisprudência dominante" (HC 198.675/MT, 5.ª Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJe de 05/03/2012.) 3. No caso, a prisão cautelar está justificada pela quantidade e pela qualidade da droga apreendida, bem como pelo modo de acondicionamento do entorpecente, tudo a indiciar que o Recorrente faz do tráfico de drogas o seu meio de vida, o que, segundo a jurisprudência desta Corte Superior, constitui fundamento suficiente para a segregação como forma de garantir a ordem pública.

4. Não há se falar em excesso de prazo, pois a audiência de instrução e julgamento foi designada para o mês de abril em razão do considerável volume de processos que tramitam perante o Juízo singular, prazo que não extrapola os limites da razoabilidade e que demonstra o regular processamento do feito.

5. Recurso desprovido.

(RHC 44.093/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014)

Ademais, no presente caso é de se ressaltar a necessidade da segregação do paciente, porquanto, este já fora condenando anteriormente pela prática

92

do delito de porte ilegal de arma de fogo, tendo sido a sentença de primeiro grau confirmada por este Egrégio Tribunal por meio de acórdão proferido nos autos da Apelação nº 0174592-2, informando o Sistema JUDWIN o trânsito em julgado da referida decisão no dia 23/02/2010.

Por fim, quanto à tese do impetrante a respeito das condições pessoais favoráveis das quais seria possuidora a paciente, sabe-se que tais atributos não autorizam, categoricamente, a concessão da liberdade provisória. Por oportuno, veja-se:

**(...) CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES.**

1. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na participação do paciente no tráfico de entorpecentes, diante da quantidade de drogas apreendida (138 g de cocaína), o que evidencia a dedicação ao delito da espécie, alicerce suficiente para a motivação da garantia da ordem pública.

2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despiciendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis.

3. Recurso em habeas corpus a que se nega provimento.

(STJ - RHC 39738 / MS RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS 2013/0248676-7; Relator(a) Ministro MOURA RIBEIRO; Órgão Julgador - T5 - QUINTA TURMA; Julgamento 10/09/2013; DJe 16/09/2013)

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, em consonância com o pronunciamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

**É COMO VOTO.**

Recife, 12 de  de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator